



REDE INTERNACIONAL DE MULHERES SOBREVIVENTES DAS PRISÕES

DECLARAÇÃO INTERNACIONAL

Nós, mulheres que estivemos na prisão, acreditamos que é tempo de acabar com o encarceramento de mulheres e de meninas ao redor do mundo.

Os sistemas penitenciários têm uma história longa e turbulenta. Em pleno século XXI seguimos trancando pessoas e isolando-as do mundo em condições deploráveis e desumanizadas que violam os direitos humanos mais básicos. Sabemos que a punição não é uma solução para os conflitos e para reparar o dano, e o encarceramento de pessoas não tornou as comunidades mais seguras. Ao contrário, a privação de liberdade e de outros direitos são a saída mais fácil para não buscar soluções para os problemas socioeconômicos.

É preciso transformar o paradigma do castigo em direção a uma justiça restaurativa e transformadora. Em outras palavras, investir recursos em políticas que não tenham a prisão como solução para conflitos sociais e que levem em conta a situação individual de cada mulher, suas necessidades específicas e as de suas famílias. Devemos adotar enfoques mais humanos, garantindo efetivamente os direitos humanos e os direitos socioeconômicos como o acesso ao trabalho, à seguridade social, à saúde, à educação, à alimentação, à água, à moradia, entre outros.

Enquanto existirem o enfoque punitivo e as prisões para mulheres e meninas, os governos devem proporcionar um espaço físico de alojamento adequado em todas as unidades prisionais para mulheres; garantir o acesso a serviços de saúde física e mental, incluindo o assessoramento e tratamento imparcial nos assuntos psicoemocionais e de drogas, com orientação para a prevenção de suicídios e de abuso de drogas e de medicamentos; e fornecer comida digna e água potável, assim como chuveiros e banheiros que funcionem. Os governos também devem acabar com a violência sexual e outras formas de violência contra as mulheres nas prisões.

As mulheres e pessoas LGBTQIA+ não devem ser objeto de uma linguagem desumanizada ou de discriminações baseadas em gênero, e devem ter acesso a uma atenção médica que afirma sua identidade de gênero. Os governos, a sociedade civil e outras partes interessadas devem se esforçar para sensibilizar o público mediante campanhas para acabar com a discriminação de mulheres e LGBTQIA+ dentro das prisões e também quando saem dela.

A respeito dos atuais sistemas penais, a prisão provisória deve ser a exceção, não a regra. As investigações e julgamentos devem ocorrer de forma eficiente e em tempo oportuno, e deve haver acesso à defesa legal, justa e gratuita antes e durante o julgamento. A pena de morte deve ser eliminada. Além disso, as sentenças são especialmente duras para as mulheres e, em sua grande maioria, se utilizam de conceitos morais e de gênero (como a maternidade, o consumo de álcool e outras drogas por parte das mulheres, a criminalização da pobreza, entre outros).



REDE INTERNACIONAL DE MULHERES SOBREVIVENTES DAS PRISÕES

As mulheres devem se beneficiar das penas alternativas segundo o disposto nas “Regras de Bangkok”, tanto durante a prisão provisória quanto após a condenação, para não romper os vínculos familiares e prejudicar suas filhas e filhos. É mais produtivo reverter os recursos do sistema jurídico e penal no financiamento de soluções que melhorem a vida das mulheres, de suas famílias e de suas comunidades. As circunstâncias de cada uma dessas mulheres encarceradas devem ser revistas, incluindo a situação econômica, social, familiar e de saúde, para promover o desencarceramento.

É necessário e urgente desenvolver programas com vistas à inclusão social e à redução de desigualdades. As prisões devem contar com programas criteriosos que proporcionem habilidades para a vida e o acesso à educação gratuita, para que ao saírem da prisão as mulheres possam criar seus próprios postos de trabalho ou ingressar no mercado de trabalho formal.

Para além disso, diante das barreiras de acesso ao trabalho decente, é necessário estabelecer campanhas de conscientização e políticas para que os antecedentes criminais não sejam utilizados para negar um emprego. Idealmente, deveriam ser estabelecidas políticas para excluir os antecedentes criminais por completo. Também são importantes as iniciativas de apoio com capital inicial, como se pode ver em alguns exemplos isolados ao redor do mundo.

Depois de serem libertadas, nós mulheres devemos ter a oportunidade de viver em casas de transição ou outras formas de moradia de transição, onde possamos ser assessoradas e preparadas para nos reconectarmos com a sociedade, especialmente para quem esteve privada de liberdade por muitos anos. Também se deve proporcionar assistência financeira, documentos de identidade oficiais e ajuda para a reunião com filhas e filhos.

Ainda que cada país tenha soberania, não se deve negar vistos ou promover atos de expulsão ou saída forçada de mulheres de um país unicamente pelos seus antecedentes penais.

Nós mulheres que integramos e construímos essa rede acreditamos na reinvenção dos paradigmas sociais e no apoio e desenvolvimento para a construção de comunidades que empoderem as mulheres e meninas encarceradas e sobreviventes da prisão em todo o mundo. Acreditamos que agora é o momento de investir em iniciativas lideradas por mulheres presas, por sobreviventes e por suas famílias, afrontando o estigma e a discriminação e reduzindo os danos de séculos de políticas penais puramente punitivas que afetaram negativamente a milhões de pessoas, incluindo as pessoas privadas de liberdade, suas famílias e suas comunidades.